

Eu quero agradecer a assinatura de vários colegas, hoje, na qual eu apresentei uma PEC para desburocratizar as emendas que nós apresentamos. Deputado Engler, eu fui prefeito de Marília; a dificuldade para um prefeito receber recursos do estado de São Paulo, mesmo da União, é enorme, é enorme. Deputado Roque Barbieri, que trabalha nos seus municípios, ali da região de Birigui, todo o estado de São Paulo, os prefeitos não conseguem, na sua maioria, assinar o devido convênio. O prefeito Dalben, do mesmo jeito; o Auricchio lá em São Caetano. Cabe a nós, aqui, criarmos um instrumento para desburocratizar para o dinheiro chegar lá na zona rural, para o dinheiro chegar ao posto de Saúde, chegar à Santa Casa, comprar um equipamento. Não cabe a nós, aqui, exigir cada vez mais procedimentos “burrocráticos” no estado de São Paulo.

Então, apresentei uma PEC para que as emendas aprovadas na Assembleia sejam transferidas fundo a fundo, direto do governo do Estado para os municípios. Com isso, o Tribunal de Contas e posteriormente fiscais do Estado vão devidamente fiscalizar se o recurso foi empregado.

Então, eu quero agradecer o apoio que obtive deste Parlamento, a grande maioria dos líderes que assinou a nossa PEC, e pedir também a atenção de Vossas Excelências. O projeto de desoneração do combustível de aviação civil está nesta Casa. Nós precisamos debater esse projeto, discutir. As desonerações, no passado, não deram certo. Nós precisamos ver quais são os itens que realmente merecem esse benefício do governo do Estado, se realmente aquilo que foi proposto vai chegar para o povo lá na ponta, se a passagem vai ficar mais barata, quais são os benefícios que o Estado vai ter. São 300 milhões, aproximadamente, de desoneração do ICMS com o combustível da aviação. Então, nós precisamos aperfeiçoar esse projeto que chegou aqui a esta Casa.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 1 - Discussão e votação do veto ao Projeto de lei Complementar nº 21, de 2004.

Para discutir contra, o nosso deputado Teonilio Barba.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu queria solicitar, com a anuência dos líderes, cinco minutos de levantamento da sessão... suspensão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pergunto aos líderes presentes em plenário se concordam em suspender a sessão por cinco minutos.

Havendo anuência dos líderes, está suspensa a sessão por cinco minutos.

- Suspensa às 17 horas e 49 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 04 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, presidente. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo acordo de lideranças, eu queria pedir o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Temos um pedido de prorrogação da nossa sessão. Questiono o deputado Heni se mantém os três pedidos de prorrogação que V. Exa. fez para que eu coloque em votação.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Pode retirar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Retirado o pedido de prorrogação. Questiono os líderes presentes em plenário se existe acordo para o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo das lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 05 minutos.

23 DE ABRIL DE 2019

8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 4/19.

2 - DOUGLAS GARCIA

Discute o PLC 4/19.

3 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o PLC 4/19.

4 - JANAINA PASCHOAL

Discute o PLC 4/19.

5 - ERICA MALUNGUINHO

Para comunicação, responde ao pronunciamento da deputada Janaina Paschoal a respeito de declarações do deputado Douglas Garcia.

6 - CARLA MORANDO

Para comunicação, discorda do posicionamento da deputada Janaina Paschoal sobre o PLC 4/19. Defende a aprovação do projeto.

7 - SARGENTO NERI

Para comunicação, cobra do governo estadual a concessão de reajuste aos servidores da Segurança, da Saúde e da Educação. Comenta o PLC 4/19.

8 - PROFESSORA BEBEL LULA

Discute o PLC 4/19.

9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão do PLC 4/19.

10 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, defende-se das críticas feitas por outros parlamentares. Ressalta que pediu desculpas por suas declarações anteriores.

11 - CONTE LOPES

Para comunicação, rebate o pronunciamento da deputada Márcia Lula Lia sobre a Polícia Militar. Afirma que os exemplos citados por ela são exceções.

12 - SARGENTO NERI

Para comunicação, concorda com as palavras do deputado Conte Lopes. Faz considerações sobre a ocorrência mencionada, envolvendo a Polícia Militar.

13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação requerimento, do deputado Carlão Pignatari, de método de votação ao PLC 4/19.

14 - PAULO LULA FIORILO

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 4/19, em nome do PT.

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método ao PLC 4/19.

16 - PAULO CORREA JR

Solicita verificação de votação.

17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

18 - TEONILIO BARBA LULA

Declara obstrução do PT ao processo de votação.

19 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Declara obstrução do DEM ao processo de votação.

20 - ROQUE BARBIERE

Declara obstrução do PTB ao processo de votação.

21 - ANDRÉ DO PRADO

Declara obstrução do PR ao processo de votação.

22 - GIL DINIZ

Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

23 - PAULO CORREA JR

Declara obstrução do PATRI ao processo de votação.

24 - ITAMAR BORGES

Declara obstrução do MDB ao processo de votação.

25 - DELEGADO OLIM

Declara obstrução do PP ao processo de votação.

26 - HENI OZI CUKIER

Declara obstrução do NOVO ao processo de votação.

27 - ADRIANA BORG0

Declara obstrução do PROS ao processo de votação.

28 - VINÍCIUS CAMARINHA

Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

29 - MARCIO NAKASHIMA

Declara obstrução do PDT ao processo de votação.

30 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que não atinge quórum regimental, ficando adiada a votação do PLC 4/19. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia. Discussão e votação do Projeto de lei 4, de 2019.

Para falar contra, o nobre deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, caros pares aqui presentes, é um prazer muito grande subir, mais uma vez, a esta tribuna representando o povo do estado de São Paulo. Público das galerias, todos que nos assistem na TV Alesp, que Deus abençoe todos vocês, parabéns pela luta, permaneçam sempre lutando pela categoria dos senhores.

Temos aqui um projeto de lei, que está sendo discutido na Casa, de trabalho e remuneração dos ocupantes do cargo de agente fiscal de rendas, institui a participação nos resultados e dá providências correlatas. Artigo 1º, passa a vigorar com a redação que se segue o § 1º do Art. 33 da Lei Complementar nº 1059, de 18 de setembro de 2018. A participação nos resultados, ou seja, a PR, será paga mensalmente na forma a ser definida em resolução do secretário da Fazenda e Planejamento. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Com respeito a todos aqueles que lutam pela aprovação desta lei, todos os fiscais de renda do estado de São Paulo que eu creio que, sim, fazem um bom trabalho, um trabalho que é necessário para o estado de São Paulo, porém, entendo que estamos passando por um momento um tanto delicado, estamos passando por um momento extremamente complicado em que a gente olha para o Congresso Nacional, olha para a esfera federal e vê o trabalho com relação à reforma da Previdência sendo feito de forma aguerrida, não só pela bancada do PSL, mas por muitos outros parlamentares.

O Governo do Estado, o governo federal, trabalhando para reduzir, para enxugar a máquina pública, indo, sempre, na mão de poder enxugar o Estado e entregar para a população menos peso, menos mão estatal.

E eu acredito que, em âmbito estadual, isso não poderia ser diferente, isso não pode ser diferente. Talvez não seja o melhor momento de trazermos isso a esta Casa agora, porque o momento, sim, é de enxugarmos o máximo possível. E eu creio que essa questão não traz nenhum benefício para o estado de São Paulo, uma vez que ele traz participação nos resultados aos agentes fiscais de renda.

Não vejo lucro, questão de lucrar trabalhando através de institucionalizar multas, correndo atrás de multas. Imaginem só o que nós trariamos para o estado de São Paulo. Estariamos incentivando mais e mais a indústria das multas, e isso é algo que a gente não pode aceitar, é algo que a gente não pode aprovar na Assembleia Legislativa.

Por isso eu voto contra nesse primeiro momento a esse projeto e creio que os demais deputados também devem votar para que a gente consiga enxugar a máquina pública, para que a gente consiga, de fato, atender à demanda de quem realmente necessita.

Existem muitos outros servidores, muitas outras categorias que estão em situação muito pior que a dos agentes fiscais de renda, é o caso dos policiais militares e professores. Os policiais militares e professores estão em uma situação decadente.

Já falei hoje mais cedo, no Pequeno Expediente, que qual-quer projeto que vier aqui de aumento salarial de servidor que não seja de policial militar ou de professor, eu voto contrário. O estado de São Paulo, por intermédio do governo, precisa cumprir aquilo que prometeu durante a campanha.

Governador João Doria, peço que o senhor cumpra aquilo que o senhor prometeu durante a sua campanha, que é fazer com que a Polícia Militar do Estado de São Paulo tenha o maior salário do Brasil, seja a Polícia Militar mais bem paga do nosso Brasil. É isso que a gente está esperando. Qualquer outra categoria que não sejam essas duas tem o meu voto contrário.

E eu defendo esse posicionamento, os nossos policiais militares estão em uma situação precária, os professores também, por mais que, infelizmente, tenhamos alguns, não a sua totalidade, alguns que utilizam, é claro, a audiência cativa dos estudantes para doutriná-los, que foi tema de muita discussão hoje, nessa Assembleia Legislativa. E com razão.

Infelizmente vemos alguns deputados utilizando suas comissões para instrumentalizar, para utilizar as comissões para poder representar a categoria de sindicatos. E isso é muito triste, quando você vê a Assembleia Legislativa sendo instrumentalizada para representar sindicatos que são comprados por partidos políticos. Essa Assembleia tem que trabalhar de forma independente, essa Assembleia tem que trabalhar de forma imparcial, essa Assembleia precisa ter um posicionamento muito claro com relação a esses trabalhos.

E eu fico extremamente triste quando vejo, senhores, isso que aconteceu, já foi trazido aqui pela deputada Valeria Bolsonaro, porém eu quero reforçar isso que aconteceu na Comissão de Educação. É um desrespeito muito grande, é um desrespeito enorme com relação à população do estado de São Paulo, principalmente com nós, estudantes.

Eu estudei a minha vida inteira em escola pública, estudei a minha vida inteira tanto na rede municipal de ensino, como na rede estadual, então eu tenho propriedade, sim, para falar a respeito do que se passa nas escolas públicas. E a realidade das escolas públicas do Brasil é a seguinte: o estudante, a maior parte dos estudantes - principalmente secundaristas, que estão no segundo, terceiro ano do ensino médio - chega à sala de aula à noite para poder estudar, para aprender o quê? Biologia, para aprender matemática, física, português, e adivinhem só o que é passado pelo professor, é passado que a Polícia Militar é assassina, fascista, que precisa ser desmilitarizada.

O estudante, depois de um longo dia de trabalho, chega a sua escola para poder estudar, ele vê problematização com a sua questão do racismo, ele vê problematização com a questão do feminismo, ele vê problematização com um monte de questões que não competem ao professor, utilizando da audiência cativa dos estudantes, dos alunos, para falar dentro da sala de aula. É um verdadeiro absurdo.

Quando eu venho a esta tribuna, quando eu falo aos microfones de aparte para poder defender o projeto de lei Escola sem Partido é porque eu não admito que isso se prossiga dentro das salas de aula, dentro das universidades.

E quando a Professora Bebel utiliza seu cargo como deputada estadual para trazer à Comissão de Educação, que é uma comissão tão importante para o estado de São Paulo, que deveria ser uma comissão que deveria trabalhar, sim, em prol do estudante, e não de partidos políticos. E faz isso daqui, essa vergonha de utilizar um documento que deveria ser distribuído a todos os deputados: Plano Estadual de Educação colocando o símbolo da Apeoesp.

A Apeoesp não é um instituto oficial do estado, a Apeoesp não tem a chancela de todos os professores, a Apeoesp não tem a chancela de todos aqueles que dão aula em sala de aula, que não se sentem representados por uma associação que não faz essa questão de lutar pela causa dos professores. Não. Tanto é, senhores, que se você pesquisar aquilo que a Apeoesp trabalha, aquilo que a Apeoesp faz, a única coisa que você vai encontrar é algo relacionado a Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A Apeoesp, nos seus artigos e jornais, defende que Dilma Rousseff participe de encontro na Apeoesp. Aqui, saiu no jornal da própria Apeoesp, Dilma Rousseff é ex-presidente da República, filiada ao Partido dos Trabalhadores. Além disso, temos também “Educadoras realizam encontro com Dilma na sede da Apeoesp”. Nós também temos “Todos em defesa do ex-presidente Lula”, “Por que Lula livre?”, “A Apeoesp participará do ato pela anulação do impeachment de Dilma”.

Todas essas questões a Apeoesp defendendo. Isso aqui está no site oficial da própria Apeoesp. Se você pesquisar no Google “Apeoesp Lula”, “Apeoesp Dilma”, o número de resultados que você vai achar é gigantesco. Por isso a nossa preocupação com relação a isso daqui.

Desde o primeiro dia da reunião da Comissão de Educação, quando eles começaram a gritar “Lula livre” eu já me preocupei. Por que dentro de uma Comissão de Educação eles estavam gritando Lula livre? Qual o plano da Apeoesp com relação à Educação no estado de São Paulo?

Depois vieram falar aqui nos corredores da Casa que eu estava pirraçando, que eu entrei na Comissão de Educação para poder provocar, para dizer que lugar de bandido é na cadeia. É mentira. Começaram a gritar “Lula livre” antes de eu, é claro, dizer o óbvio, que lugar de bandido é na cadeia.

Você olha para o conteúdo disso daqui, do Plano Estadual de Educação, aliás, uma cartilha da Apeoesp que foi repassada, e eles colocam o seguinte “Vamos continuar nas ruas contra a onda conservadora”, ou seja, eles dizem que não doutrinam os nossos alunos nas salas de aula, mas o que é colocar dentro da agenda estudantil, na rua, contra a onda conservadora? É dizer que Bolsonaro é fascista como foi feito muitas vezes por muitos doutrinadores? É dizer que o que aconteceu na semana passada, aliás, nessa semana, em que foi demitido um professor na cidade de São José dos Campos, por se comportar de forma inadequada na sala de aula, cometendo crime contra a honra do presidente da República.

Isso é um absurdo. É por isso que nos colocamos de forma ferrenha a esse absurdo que tem sido feito por parte de alguns militantes travestidos de professores. Por que eu bato tanto, por que eu insisto em dizer que a Apeoesp não representa a totalidade dos professores brasileiros? Porque muitos professores, quando não seguem a agenda que a Apeoesp prega, são perseguidos politicamente. Eles são perseguidos ideologicamente. Temos casos, estamos recebendo denúncias, tanto eu quanto a deputada Valeria Bolsonaro, de professores da Universidade de São Paulo que têm o seu salário reduzido por não seguir a agenda. Isso é um absurdo.

Temos casos de professores impedidos de participar de reuniões com outros professores, porque não seguem a agenda da Apeoesp. Ou seja, eles vêm tanto aqui para xingar, para falar mal, dizendo que o Escola sem Partido é a lei da mordça, quando eles estão praticando a mordça. Isso não pode prosseguir, isso não pode caminhar.

Da mesma forma que nem todos - já falando um paralelo à minha própria pessoa -, da mesma forma que eu não me sinto representado pela militância LGBT, eu sei que a Apeoesp não representa a totalidade de professores que existe na sala de aula.

Então, eu peço para que os nossos amigos deputados estaduais venham legislar sim a favor do projeto de lei Escola sem Partido, para que ele seja aprovado nesta Assembleia Legislati-va, para que nós tenhamos a garantir aos nossos estudantes a liberdade de pensamento de que eles precisam.

O Escola sem Partido não é uma lei-mordça, o Escola sem Partido serve para impedir que aqueles professores que detêm a audiência cativa dos alunos utilizem a sua autoridade na sala de aula para querer influenciá-los a seguir a ideologia “X” ou a ideologia “Y”, porque escola não é lugar para utilizar como palanque político-partidário.

Se quiser fazer palanque político-partidário, venha aqui onde eu estou neste momento e fale a respeito do seu partido, fale a respeito da sua política, mas, na sala de aula, não. Em documentos oficiais, não. Em comissões, não. Por quê? Porque faz tudo parte do aparato do Estado. Uma coisa é aquilo que pertence ao Estado, outra coisa é aquilo que pertence a partidos.

Se uma professora não consegue entender isso, então sinto muito. O que nós esperamos da Educação brasileira?

Já aproveitando aqui que nós estamos falando de professores, infelizmente o deputado estadual, professor Carlos Giannazi, não está aqui. Eu gosto muito de falar olhando para as pessoas, mas eu tenho certeza de que depois ele verá. Fico muito triste com o que foi falado semana passada a respeito da ministra Damares. A ministra Damares é uma pessoa que eu defendo. Ele ficou espantado porque a deputada Janaina Paschoal defendeu a ministra Damares. Também defendo.

A ministra Damares é uma pessoa extremamente doce, nunca chegou a ofender absolutamente ninguém no Congresso Nacional. Sempre que vai se direcionar à pessoa “X” ou “Y” é muito educada.

A forma completamente grosseira com o deputado Carlos Giannazi mesmo o microfone dessa tribuna para falar da ministra Damares é uma coisa que a gente não espera de um educador, não espera de um professor, não espera de um deputado estadual.

Então fica aqui registrado o meu repúdio, principalmente pelo fato de que não faz nem seis meses quando houve uma audiência pública no auditório Franco Montoro a respeito do Escola sem Partido e o mesmo deputado estadual Carlos Gian-nazi, através de um microfone, com um microfone agrediu uma militante que era pró-Escola sem Partido, tacando o microfone no braço da mulher. A agressão foi tanta que chegou a quebrar o braço dela. Ela foi ao hospital. Esse mesmo deputado chama Jair Bolsonaro de machista. Ou seja, eu pergunto aqui: quem é machista?

Essas pessoas que tanto criticam o projeto de lei Escola sem Partido são aquelas que trazem essas informações completamente falsas para dentro das nossas salas, para dentro das escolas, para dentro das faculdades. É por isso que as escolas públicas se tornaram ambientes completamente hostis. Ninguém mais tem liberdade de pensamento, ninguém mais consegue pensar por conta própria e qualquer um que faz isso já é chamado de fascista, nazista, machista, tudo que termina com “ista”.

Então, é através da necessidade de nós legislarmos pelo Escola sem Partido que eu peço que cada um dos deputados me ajude na criação da frente parlamentar pelo Escola sem Partido. Faltam apenas três assinaturas para a criação dessa frente parlamentar.

Nós vamos lançar aqui, na Assembleia Legislativa, vamos aprovar esse projeto de lei tão importante para o estado de São Paulo e vamos garantir para cada estudante a sua liberdade de pensamento, para que não ocorra aquilo que ocorreu na cidade de Curitiba, onde um estudante foi assassinado por outro estudante, enquanto estavam, adivinhe onde? Dentro de uma ocupação, influenciada por um professor na sala de aula. Que não ocorra o que aconteceu também na mesma cidade, a retirada da bandeira do Brasil e o hasteamento da bandeira do comunismo no colégio público do Paraná. Que não ocorra, como vem acontecendo em muitas cidades e muitos estados brasileiros, a doutrinação política-ideológica por parte do professor militante. Isso não pode ocorrer.

Isso nós temos que lutar contra, ontem, amanhã e sempre. É uma bandeira que nós vamos levantar aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Eu, como estudante, sinto-me muito honrado de levantá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir a favor, nobre deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR

- Muito boa tarde a todos, deputados e deputadas. Nós estamos em um debate a respeito do PLC 4, de 2019, que altera a Lei Complementar 1.059, de 18 de setembro de 2008, que dispõe sobre o regime de trabalho e a remuneração dos ocupantes do cargo de agente fiscal de rendas e institui a participação nos resultados desse tão nobre de trabalho, daqueles que arrecadam os recursos para que a gente possa manter as políticas públicas no nosso estado, quiçá no nosso País.

Fundamental esse debate, importante que a gente passe a uma definição. Antes, essa aferição da participação dos resultados era trimestral e agora a proposta é que ela seja mensurada mensalmente, o que seria importante para os funcionários da Receita.

Quero fazer algumas considerações no dia de hoje a respeito de uma situação que a gente vive no nosso País, uma situação bastante grave, que é o número de pessoas mortas no Brasil, o crescimento em torno de 18%, no ano passado, de pessoas que são assassinadas pela polícia.

Quando uma pessoa morre, morre também algo na gente. Morre a nossa humanidade, morre também a nossa vontade de vida. Quando uma pessoa morre, morre um pouquinho a nossa esperança de um mundo melhor, de um mundo mais justo, de um mundo mais humano, de um mundo mais fraterno. E quando somos atingidos pela morte é que temos obrigação, especialmente aqui nesta Casa de Leis, de reafirmar os nossos votos pela vida, pela civilização, pela cultura da paz que deve permear os trabalhos de todos os deputados, funcionários, assessores desta Casa.

Semana passada, aqui nesta tribuna, um parlamentar argumentou, afirmou que se combate a violência com mais violência sim. Quanto mais os policiais militares matarem, mais eles devem ser condecorados pela quantidade de bandido que eles mandam para o inferno.

Então, caros deputados e deputadas, quero compartilhar com vocês algumas memórias de pessoas que foram assassina-das nos últimos três, quatro meses. Eu quero trazer à memória o jovem Vitor Henrique Xavier Silva Santos, de 19 anos, que sonhava - olhe a incoerência - ser militar. Esse menino foi assassinado por policiais militares no início da tarde da quinta-feira, dia 18 agora de abril, no quintal da sua casa, em Florianópolis, quando ele brincava de atirar latinhas. Com revolverzinho de pressão, ele brincava de atingir essas latinhas. Ele foi assassinado sem direito à legítima defesa, sem direito à defesa nenhuma.

Temos também a história do Kauan Peixoto, de 12 anos, que morreu após ser baleado durante uma operação da Polícia Militar na comunidade Chatuba, na Baixada Fluminense, na noite de sábado, dia 16 de março, no Rio de Janeiro.

Também quero lembrar a memória da Jenifer, de 11 anos. Ela sonhava em ser ginasta. Baleada no peito, a menina de 11 anos morreu no início da tarde de quinta-feira, na zona norte do Rio de Janeiro.

A memória também de uma criancinha de sete meses, que foi ferida em uma ação da Polícia Militar no bairro de São Marcos, em Salvador. Uma criança de sete meses. A memória da filha de Thyana dos Santos, de 21 anos; também uma criança, de cinco anos, que foi morto, atropelada pela PM da zona leste de São Paulo, e de sua mãe, que está internada em estado grave.

Também a memória - isso aconteceu essa semana na minha cidade, Araraquara - de Valdeir de Souza Aparecido, que era um morador de rua, um moço de 55 anos, que foi assassinado a tiros pela Polícia Militar na Praça do Carmo, em Araraquara. Eu lhes pergunto: esses todos que foram assassinados - um bebê de sete meses, uma criança de sete anos, outra criança de 11 anos, um menino de 19 anos que brincava no fundo da casa dele - são bandidos? Essas pessoas são bandidas? Foram as vítimas. E não são bandidas.

Eu quero falar sobre alguns dados do Brasil nos últimos tempos. O País teve 6.160 mortes cometidas por policiais na ativa em 2018, contra 5.225 pessoas que foram mortas em 2017. Portanto, há um aumento de 18 por cento. O Rio de Janeiro é o estado com maior taxa de mortes por policiais. A sociedade araraquarense está indignada com o que aconteceu na última quinta-feira na Praça do Carmo, na cidade de Araraquara, porque, sem que ele tivesse qualquer reação, simplesmente pelo fato de ser um desprotegido da vida, deputada Erica Malunguinho, ele foi assassinado, porque a polícia chegou... Eram sete policiais contra um morador de rua, e ele foi assassinado.

Então, não tem justificativa. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e todos aqueles que defendem as pessoas que se encontram numa situação semelhante a essa estão se mobilizando para que a gente tenha a punição adequada. Para quem? Para os sete que cometeram esse bárbaro assassinato lá na minha cidade na última quinta-feira. E ele morreu simplesmente porque era morador de rua, simplesmente porque era uma pessoa que, por alguma razão na vida, não teve a sorte de ter, nesse momento exato da sua vida, uma família, um lar, uma casa.

A gente conhece a história de tantas pessoas que vivem na rua e que são pessoas extremamente inteligentes, pessoas bacanas, pessoas simples, que, por infelicidade, perderam o emprego e acabaram não tendo como pagar o aluguel, não tendo como cumprir com as suas obrigações. E aqui, no estado de São Paulo, e mais precisamente na cidade de São Paulo, nós temos muita gente indo para a situação de rua. A gente anda no centro da cidade de São Paulo e vê a quantidade de pessoas dormindo nas ruas, morando nas ruas, sem ter o mínimo de dignidade.

Então, não é simplesmente pelo fato de ele ser um morador de rua que ele deveria ter sido submetido a uma violência tão grande, que foi a retirada da sua vida. Então, nós queremos deixar, aqui, a nossa indignação em relação a esse ato que aconteceu na nossa cidade e dizer que nós não podemos aceitar o debate de que se combate a violência com mais violência. Nós não podemos aceitar que, ao invés de a gente ter atitudes de paz, atitudes de respeito, atitudes de solidariedade, atitudes de fraternidade, atitudes de ajudar as pessoas que se encontram em situação de dificuldades econômicas, financeiras, simplesmente submeter essas pessoas à violência. É impossível que a gente aceite uma situação como essa, deputada Erica, deputada Bebel.